

A MORFOLOGIA URBANA NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

Altemar Amaral Rocha - UESB/UNEB
altemarrocha@gmail.com

INTRODUÇÃO

Na atualidade, a ciência geográfica, tenta reconstruir seus vínculos com a sociedade, por meio da renovação de um discurso de interface amigável, comportando uma linguagem independente, construída a partir de uma proposta holística de religação dos saberes. Essa restauração do seu caráter totalitarista é a condição de restabelecimento de sua proposta ontológica original.

Repensada no século XVIII e sistematizada no século XIX, a geografia difere, em suas versões teórica/tradicional, e crítico/dialética, em muito da geografia produzida por Heródoto e, mais recentemente, Humboldt. Daquela geografia não sobraram mais do que saudosismos de uma época não vivida. Uma época de aventuras explicativas intelectuais livres da camisa de força do discurso-minuta da ciência clássica. Uma época densamente leve que permitia um descarregar de idéias, afloradas de uma sensibilidade ainda intocada, isenta do esforço de tradução estéril para um discurso paralítico e dependente, dos atuais ramos científicos racionais.

Precisamos romper com essa estrutura, rumo a uma nova postura paradigmática e, neste sentido, a compreensão do espaço enquanto forma e processo é a base para uma dinâmica maior da produção do conhecimento e do fortalecimento do processo de construção da sociedade, sobretudo aquela advinda da urbanização, ou seja, a vida nas cidades.

Pretende-se aqui, analisar a Morfologia urbana, os processos de planificação territorial, associado ao pensamento geográfico, cujas às origens remontam as fases iniciais de desenvolvimento da linguagem e pensamento nos seres humanos, além da relação dessa teoria com a prática do planejamento e ordenamento territorial, tendo em vista a lógica da produção do espaço enquanto forma e processo.

Nessa perspectiva de análise, diria que o pensamento geográfico é a própria tradução do significado da presença humana no mundo, a condição ontológica de sua existência e a vida em sociedade. Ao mesmo tempo, representa um *constructo* explicativo, *à posteriori*, porém, e, sobretudo, caracteriza uma contínua reflexão e juízo moral sobre o significado e abrangência da ação humana no Planeta.

O estudo da morfologia e da representação do espaço urbano pretende ser uma contribuição à discussão da modernidade do pensamento geográfico à luz do momento de crise e ruptura do paradigma vigente e, fomentar a discussão de uma ciência concreta, que se materializa num espaço concreto.

Assim, a morfologia urbana, é resultado da produção e reprodução do espaço no capitalismo. Portanto, o estudo do desenvolvimento da noção de espaço ou das inúmeras noções que interferem na representação do espaço – deve ser compreendidas por diferentes pontos de vista.

A noção de espaço-tempo e espacialidade

A assimilação da categoria espaço-tempo na análise geográfica, significa mais do que a chegada de um novo elemento, representa em última instância a construção de uma nova identidade epistemológica, representada por meio da contradição entre a superfície simultânea da imagem e a natureza espaço-temporal singular do objeto que a emite.

Essa nova imagem do mundo oferecerá resistência, sem margem para dúvida, ao processo de espessamento e impermeabilização da superficialidade da relação sociedade/natureza, mesmo no discurso e prática ambientalista/ecológica, construindo novas condições de avançar na essência do problema, em sua condição de pólo dialético da realidade. O espaço-tempo continuará sem sentido fenomenológico, ao passo que no materialismo histórico, dentro de sua abordagem dialética, a sua análise dependerá de um equacionamento improvável entre as questões de ordem neo e pós-cartesianas.

A tentativa de construir um discurso geográfico pós-moderno afina-se com uma abertura para os novos elementos conceituais oriundos dos ramos científicos que fomentam a discussão do momento de crise do paradigma vigente, premente, a Física. Assim, a noção de espaço-tempo da física é recebida e traduzida como categoria de análise geográfica, na medida em que traduz espaço e tempo absolutos e relativos, em uma categoria explicativa moderna e condizente com a natureza contraditória e complementar do espaço geográfico.

Para Harvey (1996, p.187), “O espaço e o tempo são categorias básicas da existência humana”.

No passado recente, espaço e tempo coincidiam amplamente, na medida em que as dimensões espaciais da vida social eram dominadas pela presença, por atividades localizadas, (GIDDENS, 1998). Atualmente, essa relação espaço-tempo, é dada universalização dos fenômenos sociais, e pela singularidade das coisas em sua forma e identidade. Neste sentido, o desvendamento da espacialidade dada pela relação espaço tempo, passa, sobretudo pela diferencialidade das formas.

A espacialidade de um determinado lugar se expressa pela formação territorial, social e econômica, por conseguinte, segue a lógica e o sentido dado pelos agentes formadores do espaço. Na análise geográfica da organização social do espaço a relação sociedade natureza se faz através do trabalho que, por ser um ato social, leva a transformações territoriais e a construção de espaços diferenciados conforme os interesses da produção no momento.

A territorialidade implica a localização, a orientação e a representação dos dados sócio-econômicos e naturais, que contribuem para a compreensão do espaço geográfico. Para que se tenha uma representação do espaço, partem-se da observação da realidade buscando levantamento de dados, classificação, comparação e, posteriormente elaboração de mapas, cartas, tabelas, gráficos, fotografias e textos que representam os aspectos observados.

A análise espacial nos remete a contemplação da paisagem enquanto algo que representa o real. Mas o conhecimento do real, segundo Leff (2002, p.25), entendido como processos materiais, é uma emergência epistêmica relativamente recente. De certa forma, os aspectos visíveis da paisagem são, a princípio, os precursores da busca pelo conhecimento do real. Para se atingir os aspectos invisíveis depende uma análise mais detalhada e, para tanto, teórica da paisagem. A paisagem, neste contexto, é entendida como uma categoria de análise que não deve ser confundida com o espaço, nem deve ser vista como algo que inserida no espaço, pois o espaço é a dimensão da forma e reflete ao mesmo tempo, paisagem, lugar e território.

Numa análise clássica, o território é dado pela configuração das ações dimensionadas pela sociedade tais como rodovias, ruas, avenidas, portos, aeroportos etc. Já o lugar é a métrica, o geométrico do espaço que está representado pela singularidade e particularidade

das coisas, universalizadas e transversalizadas pelo modo mais abrangente da sociedade atual que, em última análise, corresponde ao modo de produção capitalista. A paisagem entra aqui como algo que ao mesmo tempo é representada pelos aspectos visíveis e concretos do real. Mas essa concretude segundo (Marx, 1965), ocorre quando se compreende que “o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações”. Neste sentido, a paisagem e o espaço, segundo Santos (1999, p.79), não são sinônimos, paisagem refere-se ao conjunto de forma que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima.

A sociedade atual revela-se como uma sociedade urbana, real, concreta e virtual. Concreta e real na medida em que revela uma cotidianidade materializada numa geometria singular e particular, que corresponde ao *lugar*. Virtual porque está permeada por um fator universalizante, mediatizada por sistemas de simbólicos que materializam a forma urbana.

A produção do espaço e a forma urbana

O estudo da morfologia urbana, parte do pressuposto teórico de que as cidades se desenvolvem sobre a égide do capitalismo, rompendo com as tradições seculares adquiridas pelo processo de produção do espaço pela humanidade. Os aspectos fundamentais dos estudos de geografia tendem a lidar com conteúdos relativos à superfície construída, às edificações, ao uso do solo e ao estudo morfológico de áreas concretas da cidade (CAPEL 2002).

Neste sentido, a análise da morfologia urbana, está diretamente relacionada com a busca de como as cidades se desenvolveram ao longo do tempo histórico e como o pensamento geográfico analisa essa morfologia, pois, sabemos que a forma das coisas é em si o espaço.

Na análise da forma urbana, os padrões de organização espacial decorrem destas relações, refletindo, em certos casos, o funcionamento da estrutura econômica, política e social de cada lugar havendo também uma inversão da coerção de um sobre o outro, Isto é, em termos estruturais. Para Lefebvre (2006), depois da industrialização, a vida urbana ganha uma forma, que se tornou função em novas estruturas. Para o autor, formas, estruturas, funções urbanas agiram umas sobre as outras e se modificaram movimento este que o pensamento pode hoje reconstruir e dominar. Lefebvre (2006)

Outro fator importante nesta análise é a capacidade de especialização das cidades em termos socioeconômicos. À medida que vai ocorrendo o processo de urbanização, as cidades vão ganhando uma configuração espacial semelhante a outras de igual porte, mas cada uma com suas particularidades, resultado da forma de organização da sociedade envolvida, e sobre o modo de produção em que está inserida,

A grande cidade capitalista é o lugar privilegiado de ocorrência de uma série de processos sociais, entre as quais a acumulação de capital e a reprodução social têm importância básica. Estes processos criam funções e formas espaciais, ou seja, criam atividades e suas materializações, cuja distribuição espacial constitui a própria organização espacial urbana. (CORREA 1989 p 36)

Entre processos sociais, de um lado, e as formas espaciais de outro, aparece um elemento mediatizador que viabiliza os processos sociais para organizar as formas espaciais. Este elemento viabilizador constitui-se em um conjunto de forças atuantes ao longo do tempo, postas em ação pelos diversos agentes modeladores, e que permitem localizações e realizações das atividades e da população na cidade. São os processos espaciais, responsáveis imediatos pela organização desigual e mutável da cidade capitalista.

O espaço geográfico, sob a perspectiva da cidade, ou do campo, traz a marca da sociedade que o produz ao longo de um tempo histórico. Em Vitória da Conquista, fica mais evidente que a cidade vai se reproduzindo apagando sua história, passível de ser aprendida nas construções, no desenho das vias de circulação, construindo uma forma e estrutura sempre cambiante, no modo de vida e no contato entre os indivíduos, no cotidiano citadino.

Para Carlos (1999). Isso significa que há uma relação necessária entre espaço e sociedade, na medida em que a produção da vida não é só a produção de bens e mercadorias, mas, sobretudo de relações sociais. Nessa concepção, percebe-se uma dinâmica social uma vez que ao longo da história, os indivíduos sempre produziram um mundo, com idéias e modos de interpretação distintos e ao mesmo tempo integrados pelo ciclo do avanço da humanidade aliados a um modo de vida, uma cultura, a cidade e o campo. Neste sentido, o espaço urbano é produto humano e social em constante processo de transformação.

Assim, ao pensar a cidade como um espaço construído, devemos levar em consideração que ela é antes de qualquer coisa resultado do trabalho humano materializado

em casas, avenidas, prédios, praças, viadutos, etc. segundo Carlos (1999); é o trabalho social que produz a cidade enquanto espaço de vida urbana, dos contatos imediatos do dia a dia. Para Ela, a cidade é um produto que vai se construindo ao longo de uma história que, junto com sua fisionomia, transforma também a vida de seus habitantes e, conseqüentemente, as relações no espaço urbano.

É claro que a dimensão sócio espacial, de um determinado lugar, segue uma conjuntura mais abrangente. No caso de Vitória da Conquista, houve uma mobilidade espacial da população sob a ótica da localização rural e urbana, entre a 1940 e 1990, com uma inversão de valores percentuais de ocupação. Vários fatores podem ser elencados nessa questão tais como: a ampliação das relações capitalistas no campo, que desestrutura as antigas relações tradicionais de trabalho (a parceria, o arrendamento etc.); a mecanização da agricultura, a substituição da lavoura por pastagem e a grande especulação imobiliária foram causas que estimularam a fuga da população do campo para a cidade, isso num primeiro momento. Associado a esses fatores teve os efeitos da intensificação das comunicações entre essas duas realidades geográficas.

Os atrativos da cidade, veiculados pela mídia sobre uma sociedade desvinculada de condição econômica, levou a essa derrocada para a cidade. Enquanto o campo repelia a cidade atraia.

Fica claro o aparecimento de novos conglomerados urbanos mesmo nas cidades existentes. Constata-se a expansão de seu crescimento associado, por um lado à industrialização e modernização e por outro, fatores internos como a crescente terceirização e, expansão da organização espacial específica.

A acelerada expansão das cidades geram uma diferenciação no arranjo espacial, que muitos autores classificam como segregação, associada à diferenciação espacial. Harvey (2006) considera que a diferenciação residencial deve ser interpretada em termos de reprodução das classes sociais dentro da sociedade capitalista. Afirmar que a estabilidade de um bairro e seus sistemas de valores leva a reprodução e permanência de grupos sociais dentro de estruturas residenciais, enquanto que a segregação gira em torno da renda real.

Assim, as áreas residenciais intra-urbanas, aparecem em padrões locacionais que, são “segregacionadas” a partir da evolução e cristalização das inúmeras ações criadas pelo trabalho social. Estes são relativos às operações econômicas e ao sistema de controle e de

decisão. No entanto, a medida em que se evolui o quadro urbano, intensifica-se os traços de diferenciação espacial que, pode se confirmar ou não em segregação. Descrevendo o significa da segregação, Corrêa afirma:

A segregação residencial pode ser vista como um meio de reprodução social e neste sentido o espaço social age como elemento condicionador da sociedade. Neste sentido, enquanto o lugar de trabalho, fábricas e escritórios constituem-se no local de produção, as residências e os bairros, definidos como unidades territoriais e sociais constitui-se no local de reprodução. (CORREA 1991, p. 89)

Por outro lado não podemos dissociar esse fenômeno de reprodução da organização espacial. Na verdade o primeiro termo é condicionado pelo segundo, de acordo com Lefèbvre (2006), “a totalidade do espaço se converte no lugar da reprodução das relações de produção”. Sendo que tais relações concentram-se no centro da sociedade estrutura e classes sociais distintas.

Para compreender a diferenciação da estrutura espacial urbana, torna-se necessário vincular a organização espacial como condição básica da existência da segregação residencial. Corrêa (1991, p.74), afirma que “a origem da segregação residencial remonta ao próprio aparecimento da cidade e das classes sociais, as quais se verificam ao mesmo tempo”. A evidência desse fato ocorre em uma estrutura espacial abrangente, mas não constitui algo que tem uma exterioridade imediata. Segundo Santos (2008, p.52), o tema *estrutura* refere-se não a um padrão espacial, mas a maneira como os objetos estão organizados e inter-relacionados.

Considerando a diferenciação da estrutura espacial urbana, associada à organização espacial da cidade, nota-se uma concentração espacial das atividades e funções, principalmente nas grandes e médias cidades, isso como consequência do processo urbano industrial, do qual significa a reprodução do espaço articulado, vinculado ao aprofundamento da divisão e especialização do trabalho mais geral pela ligação direta da acumulação do capital a nível local nacional e internacional que, expressa-se pela ocorrência do fenômeno urbanização.

Em Vitória da Conquista, as relações de produção sempre tiveram ao longo da história, uma boa concentração populacional baseada na relação de trabalho e consumo. A

taxa de urbanização da cidade sempre esteve acima ou igual à média nacional o que demonstra uma tendência de consolidação de um espaço urbano.

Neste contexto, nota-se que o processo de urbanização veio acompanhado de enormes desafios para as cidades. De um lado, o rápido crescimento das cidades, surgindo grandes aglomerados urbanos. De outro, a capacidade de uso e ocupação do solo urbano pelos atores que compõem o processo de urbanização.

No Caso de Vitória da Conquista, a morfologia de ocupação do solo urbano demonstra que a cidade se desenvolveu de forma desordenada, não respeitando diretrizes e critérios estabelecidos. A partir do núcleo inicial, o desenvolvimento do traçado se espalha segundo os eixos viários, deixando grandes extensões territoriais sem ocupação são as áreas de “engorda”, que marca a configuração do espaço da cidade.

A análise do desenho urbano da cidade retrata a forma como se desenvolveu e foi parcelada, e dela se pode obter um cenário da sua ocupação. Ainda com relação ao espaço urbano, percebe-se que o uso da cartografia torna-se uma ferramenta importante para o planejamento.

Assim, a representação do urbano pode ser entendida como sendo uma importante ação da cartografia que remete à geografia o desenvolvimento de ferramentas de estudo da cidade, de forma a compreender o processo de urbanização que evoluiu até o estágio atual e, futuras projeções das formas e dinâmicas que possivelmente desencadearam nesse processo.

O mapeamento do uso do solo urbano constitui elemento essencial para o conhecimento do processo de urbanização de Vitória da Conquista e dos condicionantes antrópicos da qualidade ambiental da área urbana, particularmente na bacia do Rio Verruga. Nesse sentido, a análise do uso do solo evidencia áreas da cidade onde o uso é mais intenso, ou seja, onde existe maior densidade de área construída por metro quadrado, a tipologia (horizontal e vertical) dessa ocupação, o padrão (baixo, médio e alto) das edificações e o tipo de uso (residencial, industrial, comércio e serviços etc.); permitindo variadas abordagens e relações que possam subsidiar análises, diagnósticos e prognósticos geoambientais e ou sócioambientais.

Considerações Finais

As idéias expostas neste texto compõem um referencial teórico destinado a fundamentar estudos que refletem investigações acadêmicas cujas análises se concentram sobre as condições que se fizeram presentes no espaço urbano de Vitória da Conquista, de suas contradições existentes na dinâmica Espacial, e das relações desenvolvidas para a concretização da produção e da organização espacial.

Busca-se a elucidação da estrutura e forma que definem a configuração territorial da cidade de Vitória da Conquista-BA, tendo como ponto de partida, a análise das relações sociais e do imbricamento teórico-conceitual da produção espacial e espacialidade. Neste sentido, cabe aqui ressaltar o questionamento acerca das desigualdades encontradas no espaço urbano e em toda a composição da cidade.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAPEL, Horacio Saez. La morfología de las ciudades. I Sociedad, cultura y paisaje urbano. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2002.

_____. La cosmópolis y la ciudad. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2003

CARLOS, A.F. A. O Lugar no/do mundo. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. O espaço urbano. São Paulo: Contexto, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. Região e organização Espacial (série princípios). 4ª ed. Rio de Janeiro: Ática, 1991.

_____. A Rede Urbana. (princípios). Rio de Janeiro: Ática, 1991.

_____. O Espaço Urbano, (Princípios). 4ª ed. Rio de Janeiro: Ática 1989.

GUIDDENS, A. As conseqüências da modernidade, Trad. Raul Fiker. São Paulo: Edunesp, 1998.

HARVEY, D. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2006.

LEFEBVRE, Henry. O Direito à Cidade. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2006.

_____. A revolução Urbana. Trad. Sergio Martins, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

_____. Lógica formal / lógica dialética. São Paulo: Civilização brasileira, 1995.

LEFF, Enrique. Epistemologia Ambiental. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza. Trad. de Luiz Carlos Cabral, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARX, K. O Capital. São Paulo: Bluker ltda., 1965.

_____. Para a crítica da economia política. In: manuscritos econômicos e filosóficos. São Paulo: Coleção os pensadores, 1984.

SANTOS, M. Metamorfoses do Espaço habitado. 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. A natureza do espaço: técnica e tempo razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. Economia espacial. São Paulo: EDUSP, 2003.

_____. A natureza do espaço: técnica e tempo razão e emoção. São Paulo: hucitec, 1999.

_____. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1997.

_____. Técnica espaço tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1996.